

# *Depois de Abril: quatro décadas de Arqueologia Municipal em Portugal*

António Manuel S. P. SILVA  
CITCEM<sup>1</sup>

## **Resumo**

A arqueologia municipal é, como todo o Poder Local, uma conquista da revolução de Abril. O artigo elenca as principais linhas de força do desenvolvimento da arqueologia portuguesa após 1974, destacando a emergência de serviços próprios de arqueologia em muitas dezenas de autarquias portuguesas a partir da década de 1980. Utilizando os dados de diversos inquéritos e levantamentos faz-se o retrato possível desta realidade, todavia só possível em maior profundidade com estudos de caso e análises mais detalhadas. Não obstante, o contributo das estruturas municipais de arqueologia para a salvaguarda, estudo e valorização do património arqueológico é sem dúvida crucial para a representação destes bens culturais nas populações e para a afirmação dos arqueólogos como cientistas sociais relevantes para o tecido cultural do País.

**Palavras-chave:** Arqueologia; Património; Municípios

## **Abstract**

“Municipal archaeology”, meaning archaeological conservation and management carried on by local councils’ professional units, is, as well as all local democratic government, an April 25<sup>th</sup> Revolution’s conquest. The paper summarizes the main streams of Portuguese archaeology post-1974 development, underlining the emergence of dozens of municipal units since 1980. Based upon the available surveys, a general portrait of municipal archaeology is attempted, even considering the absence of case studies and deeper analysis. Nevertheless, the relevance of these kind of local units for the conservation, study and promoting of the Portuguese archaeological heritage is unquestionable and crucial for communities’ representations of those cultural elements and for archaeologists’ affirmation as essential social scientists in the cultural network of the country.

**Keywords:** *Archaeology; Cultural heritage; Municipalities*

---

<sup>1</sup> Arqueólogo na Administração Local, presentemente Bolseiro de Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia. CITCEM/Centro de Investigação Transdisciplinar: Cultura, Espaço e Memória. [amspilva@hotmail.com](mailto:amspilva@hotmail.com)

No contexto deste colóquio promovido pelo Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, visando colocar em perspectiva as quatro décadas de democracia portuguesa no património e ciência no norte do País, foram abordadas as três áreas onde incide a actividade docente daquele departamento, a arqueologia, a história da arte e a museologia.

Se em todos estes sectores do património e das ciências humanas os reflexos da nova sociedade saída da revolução de Abril se fizeram sentir, como o expressaram os diversos especialistas convidados para o evento, na arqueologia portuguesa essas transformações, a nível conceptual como de práticas, traduziram-se muito em particular pelo desenvolvimento desta área patrimonial no quadro do poder local, promovendo uma verdadeira democratização do conhecimento arqueológico, e pela emergência de uma nova classe profissional, os arqueólogos, distribuídos essencialmente pela Administração Central e Local e, desde há duas décadas, também pelo exercício em regime comercial.

Estes processos, acompanhados ou mesmo suscitados por todo o novo edifício legislativo que caracteriza o País nos nossos dias, traduziram-se por uma nova consciência patrimonial na opinião pública e nas comunidades locais e provocaram indiscutíveis avanços e aproximações aos padrões internacionais no que se refere aos diferentes dispositivos de salvaguarda, estudo e valorização dos bens arqueológicos.

### **A Arqueologia Municipal, uma conquista de Abril**

Não é de todo possível falar de arqueologia municipal antes da implantação do regime democrático em Portugal, quer se aborde a questão no plano da história do municipalismo, quer se a encare na óptica da evolução da arqueologia no País.

Na verdade, os municípios do Estado Novo, secundarizados na orgânica corporativa instituída pela Constituição de 1933 e consagrada pelo Código Administrativo de 1936-1940, possuíam uma base representativa praticamente nula, não tinham autonomia real e nem sequer dispunham de recursos financeiros que lhes permitissem qualquer ambição modernizadora (OLIVEIRA 1996). Assim, os concelhos dependiam de subsídios pontuais da administração central, angariações de fundos por parte de “comissões de melhoramentos” ou de patronos locais para qualquer acção que ultrapassasse a modesta gestão corrente, enquanto que os seus quadros de pessoal integravam escassos licenciados, limitados ordinariamente a alguns engenheiros, advogados e progressivamente arquitectos, para além do médico ou veterinário.

Por sua vez, a arqueologia portuguesa, distante já do fulgor e brilhantismo intelectual das duas gerações de fundadores que a haviam liderado até às primeiras décadas do século XX, ou mesmo do fervor nacionalista de outros vultos no período subsequente, manifestava progressos muito lentos e um gritante desfasamento com os desenvolvimentos da disciplina noutros países europeus. Nas vésperas da revolução de Abril a arqueologia era ainda uma prática essencialmente amadora ou confinada a meia dúzia de figuras do meio académico, se bem que deva assinalar-se, pelo seu carácter pioneiro, a contratação de uma equipa de arqueólogos pelo Gabinete da Área de Sines, em 1972, para a execução de trabalhos que hoje descreveríamos como um largo estudo de impacte ambiental com a implementação de medidas minimizadoras,

no caso traduzidas pela escavação de diversos sítios arqueológicos (SILVA; SOARES 1981; FABIÃO 1999; 2011).

No quadro da Constituição Portuguesa de 1976, a democracia local nasceu com as primeiras eleições autárquicas a 12 de Dezembro do mesmo ano, tendo sido fundada, a partir dos anos subsequentes, num novo edifício legislativo assente na Lei das atribuições das Autarquias (Lei nº 79/77, de 25 de Outubro) e muito especialmente na Lei das Finanças Locais (Lei nº 1/79, de 2 de Janeiro), que finalmente garantia, concretizando o novo modelo constitucional, meios dignos e substancial autonomia de gestão aos municípios, a que se seguiriam outros diplomas de grande relevância.

Desta forma, o exercício do poder local, promovendo a descentralização e uma forte participação das populações, trouxe consigo mais ou menos rapidamente e dependendo muito das circunstâncias políticas e lideranças de cada município, reivindicações de natureza cultural onde se inseria o património histórico e arqueológico, sendo também de destacar, a este propósito, o papel do movimento associativo, como veremos. Passariam ainda alguns anos até que diversos municípios comesçassem a contratar arqueólogos e estabelecessem serviços próprios neste domínio; todavia, na raiz deste processo está sem dúvida a afirmação do património e das capacidades locais como (mais) um instrumento de legitimação e fortalecimento das dinâmicas autárquicas.

### **A arqueologia portuguesa pós-1974**

A democratização da vida política nacional suscitou, entre outros aspectos, uma maior capacidade de acesso ao ensino, livre circulação da informação, maior debate cultural e científico, o regresso ao País de intelectuais e cientistas exilados ou regressados dos estados africanos após a descolonização e toda uma vaga de “despertamento social”, se assim pode dizer-se, que aceleraram o caminho de modernização e aproximação às correntes internacionais que a arqueologia portuguesa vinha trilhando desde os inícios dos anos de 1970, do que serve de exemplo, entre outros movimentos, a acção do Grupo de Estudo para o Paleolítico Português e a descoberta da designada “arte do Tejo” (RAPOSO 2003; 2011; SILVA 2011).

Tais transformações verificaram-se, ainda em meados desta década, em quatro grandes planos: o movimento associativo local e regional, o lançamento de projectos de salvaguarda e investigação de referência, o desenvolvimento da arqueologia urbana e a própria renovação da disciplina arqueológica, a nível conceptual e geracional, verificada no meio universitário, de que emergiram novos modelos formativos.

A dinâmica associativa traduziu-se pela criação de numerosos grupos e colectividades que a primeira lei de bases do património cultural, publicada em 1985, haveria de consagrar como “associações de defesa do património” (OOSTERBEEK 1997; RAPOSO 1997; CANINAS 2010), entre as quais bastará enumerar, a título meramente exemplificativo – tanto mais que a matéria constou de outras colaborações ao Colóquio – o Centro de Arqueologia de Almada (1976), a ASPA, de Braga (1977), o Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto (1977), o GAAC, de Coimbra (1978) ou a Associação de Estudos do Alto Tejo, de Vila Velha do Ródão (legalizada em 1987 mas remontando a 1973). Algumas das entidades criadas naqueles anos dedicaram-se de forma particular à arqueologia, realizando trabalhos de campo, promovendo

conferências e colóquios ou publicando revistas ainda hoje emblemáticas no sector, como a *Arqueologia* (Porto, 1980-2001) ou a *Al-madan* (Almada, desde 1982).

Também nesse período arrancaram diversos projectos de investigação de grande longevidade e fortemente ancorados no substrato local, bastando citar a este propósito o Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira, estabelecido em 1978 (JORGE 1988), o Campo Arqueológico de Mértola, iniciado no mesmo ano (MATEUS 1998), ou o Campo Arqueológico da Universidade do Minho, que em 1976 lançou as bases da arqueologia urbana em Braga e de onde emergiu a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (ALVES *et al.* 1974-77).

Na verdade, a arqueologia urbana, que nas décadas do pós-guerra se foi desenvolvendo em diversos países europeus, contou em Portugal com escassos e descontínuos exemplos antes da revolução de Abril, em resultado da já referida incapacidade das estruturas municipais, da inexistência de um planeamento urbanístico integrado e integrador das diversas realidades que compõem o espaço da cidade e, naturalmente, da ausência de uma classe profissional de arqueólogos.

No âmbito do novo poder autárquico são ainda raras as intervenções arqueológicas de iniciativa ou enquadramento municipal na segunda metade da década de 1970, mesmo considerando o caso de Braga, que é excepcional, pois os trabalhos de salvaguarda e investigação foram praticamente desde o seu início integrados na Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, só posteriormente a eles se associando a Câmara Municipal de Braga, cujo gabinete de arqueologia data de 1992.

Nos finais dos anos '70 e inícios da década seguinte merecem registo os trabalhos em Setúbal, dirigidos pelo recente Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal com colaboração da Autarquia (SOARES 2000) e os começos da arqueologia urbana no Porto, com uma intervenção ainda pontual, na Praça da Ribeira, em 1980 e as escavações da Rua D. Hugo, da responsabilidade de técnicos do Município com arqueólogos de entidades públicas e que estaria na base do futuro gabinete de arqueologia urbana do Porto (SILVA; OSÓRIO 1993; OSÓRIO; SILVA 1994; SILVA 2000; 2003). Nas últimas duas décadas do milénio muitos outros municípios, de Norte a Sul do País, foram constituindo serviços próprios de arqueologia, não sendo objecto deste texto a sua historiografia.

Por fim, também as principais Universidades, onde naturalmente se fazia sentir uma importante renovação não só de quadros como também no plano epistemológico e técnico-científico, do que a arqueologia, sendo uma área curricular reduzida não deixa de ser bom exemplo, reagiram às necessidades de especialização e aprofundamento, surgindo nos finais da década de 1970 novas licenciaturas, inicialmente como “Variantes de História da Arte e Arqueologia” nos cursos de História e pouco tempo volvido autonomizando-se estes dois ramos, de onde viria a emergir em 1999 a primeira licenciatura autónoma em Arqueologia, oferecida pela Universidade do Porto.

Acompanhando este processo há que referir ainda as importantes alterações ao nível da tutela e organização do património cultural no quadro da Administração Central, a par de todo um novo corpo legislativo que houve que implementar. Assim, destacam-se a publicação do primeiro Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (Portaria 269/78, de 12 de Maio) e a criação do Instituto Português do Património Cultural em 1980 (Decreto Regulamentar 34/80, de 2 de Agosto), organismo pioneiro pela visão

integrada e multidisciplinar dos bens culturais que fomentou e de grande eficácia pela descentralização que promoveu através dos Serviços Regionais de Arqueologia (Dec.-Lei 403/80, de 26 de Setembro), uma estrutura de proximidade que coordenava os contactos com arqueólogos, municípios e outras entidades (SILVA; MARQUES 1992; SILVA 2002). Pouco depois, em 1985, era publicada a Lei do Património Cultural Português (Lei nº 13/85, de 6 de Julho), diploma de grande alcance e sentido inovador o qual, apesar de nunca ter sido regulamentado, marcou sem dúvida uma época na história da arqueologia portuguesa (*Idem*), merecendo nota também a transposição para a legislação portuguesa (Dec.-Lei 186/90, de 6 de Junho) da Directiva 85/377 da Comunidade Europeia, respeitante à avaliação de impactes ambientais, pelos profundos reflexos que a breve trecho teve em toda a arqueologia portuguesa.

A década de 1990, a que já não poderemos aqui referir-nos em detalhe, veria desenvolver-se a profissionalização dos arqueólogos, para o que muito contribuiu o desenvolvimento da arqueologia municipal (SILVA 1997), os começos da arqueologia comercial praticada por empresas especializadas e a “crise do Côa”, verdadeiro evento-charneira da história da arqueologia e do património em Portugal, de onde emergiria o Instituto Português de Arqueologia (Dec.-Lei 117/97, de 14 de Maio), organismo que até 2007 tutelou a actividade e a gestão do património arqueológico nacional.

### **A arqueologia municipal: o retrato possível**

Diversos inquéritos e levantamentos permitem algumas aproximações às modalidades e evolução da “arqueologia municipal” nas últimas quatro décadas, entendendo-se esta expressão não no sentido lato de arqueologia urbana ou de toda a intervenção arqueológica realizada no território de um dado concelho, mas no sentido próprio do recurso a arqueólogos e outro pessoal técnico, numa base profissional minimamente estável, e sobretudo à implementação de estruturas orgânicas com atribuições relacionadas com a arqueologia. Todavia, como se verá, os dados disponíveis não possibilitam a comparabilidade e limitam muito a análise quantitativa.

O primeiro destes instrumentos é o *Inquérito aos Arqueólogos* lançado em 1995 pela Pró-APA, órgão embrionário da Associação Profissional de Arqueólogos estabelecida pouco tempo depois, inquérito tendencialmente exaustivo que visava, essencialmente, uma primeira caracterização da classe que sustentou a novel associação. Nesse mesmo ano, para um *poster* apresentado ao Encontro da Associação Europeia de Arqueólogos realizado em Santiago de Compostela<sup>2</sup>, fizemos também um inquérito às autarquias com serviços de arqueologia, levantamento tanto quanto possível sistemático a partir do nosso conhecimento da realidade e as informações obtidas (SILVA 1997).

Em 2002 foi a própria APA a lançar um *Inquérito à Actividade Arqueológica nas Autarquias* com o objectivo de conhecer melhor a arqueologia praticada nos municípios, independentemente do seu enquadramento institucional (ASSOCIAÇÃO... 2002). A mesma entidade empreendeu em 2006 um *Inquérito Nacional à Actividade Arqueológica*, recenseamento mais amplo mas que igualmente forneceu dados sobre a actividade

---

<sup>2</sup> Trabalho em colaboração com Maria Isabel Pinto Osório. Não publicado, se bem que os elementos essenciais tenham sido reproduzidos em SILVA 1997.

autárquica (ALMEIDA 2007). Finalmente, já em 2014, a APA realizou o inquérito *Discovering the Archaeologists of Portugal 2012-14*, no âmbito do projecto europeu DISCO (*Discovering the Archaeologists of Europe*) que envolveu 21 países membros da união europeia (VV.AA. 2014).

Como advertimos, estes inquéritos são bastante desiguais nos seus propósitos, permitindo observações de interesse sobre diversos aspectos da prática arqueológica mas raramente dirigindo-se especificamente (com excepção do levantamento que nós próprios fizemos em 1995) aos municípios com serviços próprios de arqueologia. Por outro lado, todos os inquéritos foram abertos, voluntários e tendencialmente universais, nunca se tendo optado pela selecção de uma amostragem controlada que permitisse, porventura, extrapolações estatísticas; ora, como a taxa de respostas foi quase sempre relativamente baixa, as apreciações à escala nacional ficam claramente comprometidas.

Em 1995, cruzando os dados dos dois inquéritos levados a cabo, registavam-se já 56 municípios do território continental com serviços próprios de arqueologia (20% do total dos concelhos). Mais de 70% destas estruturas organizavam-se como “gabinetes” ou serviços de arqueologia, enquanto as restantes ligavam-se usualmente a museus. A sua distribuição geográfica (Fig. 1) mostrava uma certa concentração nas regiões metropolitanas de Lisboa e Porto, se bem que também no Entre Douro e Minho e Alentejo se verificasse a presença de estruturas técnicas deste tipo. A arqueologia municipal envolveria então cerca de 250 pessoas, das quais 27% eram arqueólogos; todavia perto de 40% dos arqueólogos e cerca de 50% dos restantes técnicos não faziam parte dos quadros, trabalhando a contrato ou em regime de prestação de serviços (SILVA 1997).

Ao Inquérito feito pela APA em 2002 responderam 118 Autarquias, 75 delas com “actividade arqueológica”, dados que projectados a nível nacional com correcção do enviesamento da amostra através da base de dados do Instituto Português de Arqueologia, entidade que à data tutelava a arqueologia nacional, permitiram calcular que apenas c. de 37% dos municípios portugueses (114) tinham “actividade arqueológica” (Fig. 2), evidenciando igualmente uma distribuição geográfica algo irregular onde o interior norte e centro do País exibiam escassa representação (ASSOCIAÇÃO... 2002).

Importa observar, todavia, que esta actividade na área da arqueologia não se refere explicitamente à existência ou envolvimento de quadros técnicos próprios dos municípios mas antes à totalidade das intervenções, na sua maioria decorrentes de projectos de investigação conduzidos por arqueólogos e instituições externos às respectivas autarquias. Na verdade, verificou-se através do mesmo inquérito que apenas 28 dos municípios com “actividade arqueológica” dispunham de estruturas próprias de arqueologia, o que não reflectiria certamente um retrocesso significativo em relação aos dados de 1995 mas pura e simplesmente o universo das entidades que responderam ao inquérito (118 dos 308 municípios portugueses). Ainda pelo mesmo instrumento apurou-se que apenas 28% dos indivíduos envolvidos na arqueologia municipal eram arqueólogos, mas destes técnicos, contabilizados então em 89, 52% possuíam vínculo laboral precário (ASSOCIAÇÃO... 2002).

Ao Inquérito Nacional à Actividade Arqueológica feito em 2006 pela mesma associação (ALMEIDA 2007) responderam, para além de outras entidades, 109 Municípios (menos ainda que em 2002), dos quais 63 apontaram a existência de

“actividade arqueológica”, traduzindo aparentemente esta indicação estruturas próprias de arqueologia, o que parece sugerir algum progresso em relação aos dados de 1995<sup>3</sup>. A distribuição geográfica dos concelhos com serviços de arqueologia apresenta extensas lacunas (Fig. 3), mas, como advertiram os responsáveis, os resultados foram fortemente condicionados pela baixa participação das autarquias (*Idem*: 132). Os dados mostraram ainda que os recursos humanos afectos à arqueologia municipal incluíam c. de 90 arqueólogos, dos quais 53% não possuíam vínculo aos quadros das respectivas autarquias, parecendo que os arqueólogos teriam então maior representatividade (c. de 37%) entre os colaboradores da área da arqueologia (*Idem*: 142), perpetuando a “pirâmide invertida” (mais arqueólogos do que assistentes de arqueólogos) verificada em 2002 (*Ibidem*).

Já em 2014 a APA divulgou os resultados do inquérito conduzido no âmbito do projecto europeu DISCO, destinado a caracterizar os arqueólogos portugueses como classe socioprofissional e as suas condições de trabalho e não propriamente as instituições em que se enquadram, mas ainda assim de grande utilidade (VV. AA. 2014). Responderam ao inquérito 53 municípios, número mais escasso que em iniciativas anteriores mas relevante porque obtido num universo de 128 autarquias que, segundo levantamento preliminar, dispunham de arqueólogos, o que representa, para o território continental, uma taxa de cerca de 45% de municípios com serviços próprios de arqueologia. De acordo com os mesmos dados, nesses municípios estão empregados 91 arqueólogos, o segundo sector profissional a seguir ao das empresas, onde se registavam 128 arqueólogos (*Idem*: 83). O inquérito foi dirigido a 872 arqueólogos, recenseados pelo cruzamento de diversas fontes, tendo sido obtidas 572 respostas (*Idem*: p. 28, 31), números que não se afastam muito das estimativas feitas há poucos anos, que apontavam para a existência em Portugal de cerca de 1200 arqueólogos em 2008 (LOPES 2012: 15) ou 1340, considerando todos os que solicitaram autorização para trabalhos arqueológicos entre 2001 e 2010 (BUGALHÃO 2011: 34)<sup>4</sup>.

Naturalmente, para além destes esparsos dados quantitativos, importaria analisar em diacronia o que foi efectivamente a actividade dos arqueólogos municipais e o investimento das autarquias neste domínio do património cultural nas últimas décadas, considerando as principais áreas de actuação e o modo como certamente contribuíram para moldar uma nova sensibilidade pública em relação ao património arqueológico. Se bem que nos inquéritos atrás referidos existam dados para alguma análise qualitativa, a que podem acrescentar-se por exemplo, entre outra bibliografia dispersa, os volumes de actas dos encontros de arqueologia urbana realizados entre 1985 e 2000 VV.AA. 1986; 1994; 2003; BARROS; HENRIQUES 2002) e, mais recentemente, as actas do Encontro Arqueologia e Autarquias de 2008 (ALMEIDA; CARVALHO 2011), não podemos nesta síntese avançar mais sobre o assunto.

No que se refere à área metropolitana do Porto, onde a maior parte dos municípios dispõe de serviços próprios de arqueologia (Fig. 4) realizámos recentemente

---

<sup>3</sup> Não tivemos acesso aos resultados brutos dos Inquéritos feitos pela APA, tão só aos elementos vindos a público, cuja fonte indicamos. No Inquérito de 2006 não houve correcção dos dados com outras fontes, como pontualmente sucedeu em 2002.

<sup>4</sup> Dados disponibilizados nas sessões públicas de apresentação dos resultados do inquérito feitas pela APA.

algumas análises de conjunto (SILVA 2010a; PINTO; SILVA 2010) que revelam uma grande diversidade de práticas e impactes sobre o património e a sociedade, permitindo também vários vectores de reflexão sobre a eficácia dos mecanismos de salvaguarda e a produção e socialização do conhecimento obtido, observação que alargámos também aos planos directores municipais da Região Norte (SILVA 2010b), atendendo à grande importância deste instrumento de ordenamento para a salvaguarda dos imóveis arqueológicos.

### **Concluindo**

A emergência do poder local na Terceira República suscitou um processo de dinamização e democratização das actividades educativas e culturais com naturais reflexos ao nível da arqueologia, considerando o interesse desta disciplina para o conhecimento da história local e, em consequência, para o aprofundamento de mecanismos identitários e até de legitimação dos sistemas de poder.

No que se refere, em particular, à arqueologia municipal, as circunstâncias de cada concelho levaram a desenvolvimentos multiformes e com diferentes ritmos evolutivos, considerando quer os distintos enquadramentos orgânicos das unidades técnicas de arqueologia, que a actuação dos protagonistas, no plano operativo ou de gestão política.

Deste modo, ao longo das quatro décadas do regime democrático fundado em Abril de 1974, vimos nascer e desaparecer serviços de arqueologia municipal, enquanto outros passaram por fases de grande dinâmica e entusiasmo alternadas com períodos de apagamento e mera sobrevivência. Do balanço global, que está por encetar, resultará por certo a evidência de muitos milhares de escavações e levantamentos arqueológicos, publicações, exposições, palestras e conferências, visitas e muitas outras acções de que resultaram a conservação, estudo e valorização de numerosos sítios e objectos arqueológicos, com vantagens que é dispensável enunciar.

Afinal, não obstante o significado indubitavelmente supra-local de muitos bens arqueológicos, a gestão deste género de património cultural deve efectuar-se na generalidade dos casos, em nossa opinião, à escala municipal, sem prejuízo das redes colaborativas e de promoção cultural e turística em que tais bens podem e devem estar inseridos.

### **Referências**

ALMEIDA, Maria José (2007), Inquérito Nacional à Actividade Arqueológica: uma segunda leitura sobre a actividade arqueológica nas autarquias portuguesas, *Praxis Archaeologica*, 2, p. 129-171 [Artigo em linha. Disponível em <http://www.aparqueologos.org>]

ALMEIDA, Maria José; CARVALHO, António (eds.) (2011), *Actas do Encontro Arqueologia e Autarquias, Centro Cultural de Cascais, 25 a 27 de Setembro de 2008*, Cascais, Câmara Municipal

ALVES, Francisco J. S. *et al.* (1974-77), O salvamento de *Bracara Augusta*. I. O campo arqueológico da Universidade do Minho (Braga): breve história, organização e objectivos, *O Arqueólogo Português*, Série III (7-9), Lisboa, p. 416-423

ASSOCIAÇÃO Profissional de Arqueólogos (2002), *Inquérito Actividade Arqueológica nas Autarquias. Apresentação de resultados*. Documento electrónico:

apresentação Microsoft Office Powerpoint [Em linha. Disponível em <http://slideplayer.com.br/slide/1848800/>]

BARROS, Luís; HENRIQUES, Fernando (coord.) (2002), *3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Almada, 1997)*. Actas, Almada, Museu Municipal

BUGALHÃO, Jacinta (2011), A Arqueologia Portuguesa nas últimas décadas. *Arqueologia & História*, 60-61, Lisboa, p. 19-43

CANINAS, João Carlos (2010), Associativismo e defesa do património (1980-2010), in CUSTÓDIO, Jorge (coord), *100 anos de património: memória e identidade: Portugal 1910-2010*, Lisboa, Instituto do Património Arquitectónico e Arqueológico, p. 281-294

FABIÃO, Carlos (1999), Um século de Arqueologia em Portugal, *Al-madan*, 2ª Série, 8 (Out. 1999), Almada, p. 104-126

FABIÃO, Carlos (2011), *Uma história da Arqueologia portuguesa das origens à descoberta da arte do Côa*, Lisboa, Clube dos Coleccionadores dos Correios

JORGE, Vítor Oliveira (1988), Aboboreira: breve evocação da génese e dos objectivos de um projecto, *Arqueologia*, 17 (Junho 1988), Porto, p. 1-4

LEMONS, Francisco Sande; MARTINS, Manuela (1992), A arqueologia urbana em Portugal, *Penélope: fazer e desfazer a história*, 7, Lisboa, p. 93-103

LOPES, Andreia (2012), Segurança e Saúde em Trabalhos Arqueológicos: resultados de uma análise preliminar, *Al-Madan Online*, 17 (1), Almada, p. 14-18 [Em linha. Disponível em [http://issuu.com/almadan/docs/almadan\\_online\\_17\\_1](http://issuu.com/almadan/docs/almadan_online_17_1)]

MATEUS, Rui (1998), Mértola: reflexões sobre um projecto de desenvolvimento local, in *Encontros Cem Anos de Arqueologia – “O Archeologo Português”*. Actas, Vila do Conde, APPA-VC, p. 109-127

OLIVEIRA, César de (1996), O Estado Novo e os municípios corporativos, in OLIVEIRA, César de (coord.), *História dos Municípios e do Poder Local (Dos finais da Idade Média à União Europeia)*, [Lisboa], Círculo de Leitores, p. 285-341

OOSTERBEEK, Luiz (1997), Associativismo e património arqueológico, in *1º Colóquio de Gestão do Património Arqueológico: perspectivas em diálogo [Arkeos, 1]*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, p. 45-53

OSÓRIO, Maria Isabel N. A.; SILVA, António Manuel S. P. (1994), Intervenção arqueológica municipal no Porto - resultados, problemas e potencialidades, *Bracara Augusta*, 45 (Actas do 2º Encontro de Arqueologia Urbana), Braga, p. 87-102

PINTO, Filipe M. S.; SILVA, António Manuel S. P. (2010), Panorama da actividade arqueológica no Entre Douro e Vouga. Salvaguarda, gestão, investigação e valorização, in PINTO, Filipe (coord.), *Arqueologia da Terra de Santa Maria: balanços e perspectivas*, Santa Maria da Feira, Liga dos Amigos da Feira, p. 17-42

RAPOSO, Luís (2003), A acção de D. Fernando de Almeida na direcção do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, *O Arqueólogo Português*, Série IV, 21, Lisboa, p. 13-64

RAPOSO, Jorge (1997), Património e Associativismo, *Al-madan*, 2ª Série, 6 (Out. 1997), Almada, p. 100-120

RAPOSO, Luís (2011), Ródão, há quatro décadas, um eixo vertebrador do “meu mundo”, *Açafa on line*. 4 [Em linha. Disponível em [http://www.altotejo.org/acafa/acafa\\_n4.html](http://www.altotejo.org/acafa/acafa_n4.html)]

SILVA, António Carlos (2002), Das propostas de Estácio da Veiga (1880) à criação do Instituto Português de Arqueologia (1996): cem anos de equívocos na gestão do património arqueológico, *Arqueologia & História*, 54, Lisboa, p. 299-315

SILVA, António Carlos (2011), A geração do Tejo. *Açafa on line*. 4 [Em linha. Disponível em [http://www.altotejo.org/acafa/acafa\\_n4.html](http://www.altotejo.org/acafa/acafa_n4.html)]

SILVA, António Carlos; MARQUES, Teresa (1992), Estrutura oficial da Arqueologia, *Al-madan*. 2ª Série, 1 (Dez. 1992). Almada, p. 32-35

SILVA, António Manuel S. P. (1997), Das Autarquias aos profissionais da arqueologia: perspectivas da sociedade civil, in *1º Colóquio de Gestão do Património Arqueológico: perspectivas em diálogo* [Arkeos, 1], Tomar, Instituto Politécnico de Tomar, p. 31-44

SILVA, António Manuel S. P. (2000), O Gabinete de Arqueologia Urbana do Porto: notas à margem de uma experiência de intervenção patrimonial, *Al-Madan*, 9, Almada, p. 130-140

SILVA, António Manuel S. P. (2003), Duas décadas de Arqueologia Urbana na Cidade do Porto. Aspectos da intervenção municipal”, in PINTO, Paulo C. (coord.), *Encontros do Património de Vila do Conde. Actas*, Vila do Conde, Câmara Municipal, p. 33-49

SILVA, António Manuel S. P. (2010a), Um passado sem fronteiras. Salvaguarda e gestão do património arqueológico na Área Metropolitana do Porto, in *Actas do Colóquio “Rocha Peixoto no Centenário da sua morte”*, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal, p. 33-53

SILVA, António Manuel S. P. (2010b), O património arqueológico nos novos Planos Directores Municipais da Região Norte, *Oppidum. Revista de Arqueologia, História e Património*, 4. Lousada, p. 195-216

SILVA, António Manuel S. P.; OSÓRIO, Maria Isabel N. A. (1993), Arqueologia no Porto: dos primórdios à moderna actividade municipal, in *O Porto das Mil Idades. Arqueologia na Cidade*, Porto, Câmara Municipal, p. 9-14

SILVA, Carlos T.; SOARES, Joaquina (1981), *Pré-história da área de Sines. Trabalhos arqueológicos de 1972-77*, Lisboa, Gabinete da Área de Sines

SOARES, Joaquina (2000), Arqueologia urbana em Setúbal: problemas e contribuições, in *Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida*. Lisboa, IPA, p. 101-130

VV.AA. (1986), *1º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal 1985)*, Lisboa, IPPC

VV.AA. (1994), *Actas Encontro de Arqueologia Urbana. Braga 1994, Bracara Augusta*. Vol. 45. Nº 97 (110). Braga

VV.AA. (2003), *Actas do 4º Encontro de Arqueologia Urbana. Amadora (...) 2000*, Amadora, Câmara Municipal/ARQA

VV.AA. (2014), *Discovering the Archaeologists of Portugal 2012-2014*. S.l., Associação Profissional de Arqueólogos [Em linha. Disponível em <http://www.discovering-archaeologists.eu/>]

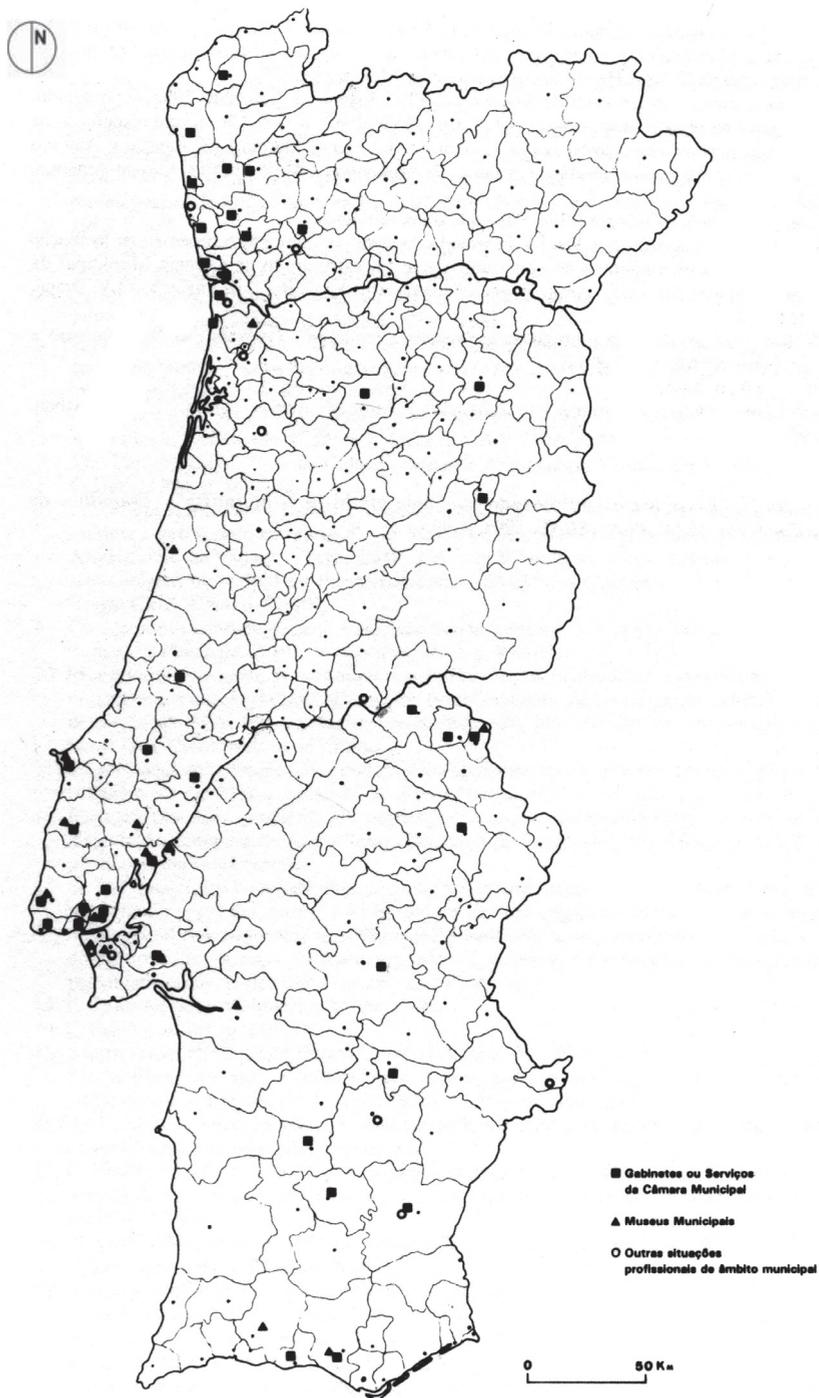


Fig. 1- A arqueologia nos Municípios portugueses em 1995. Fonte: SILVA 1997



Fig. 2- Municípios com promoção de actividade arqueológica em 2002 (após correcção estatística). Fonte: ASSOCIAÇÃO... 2002

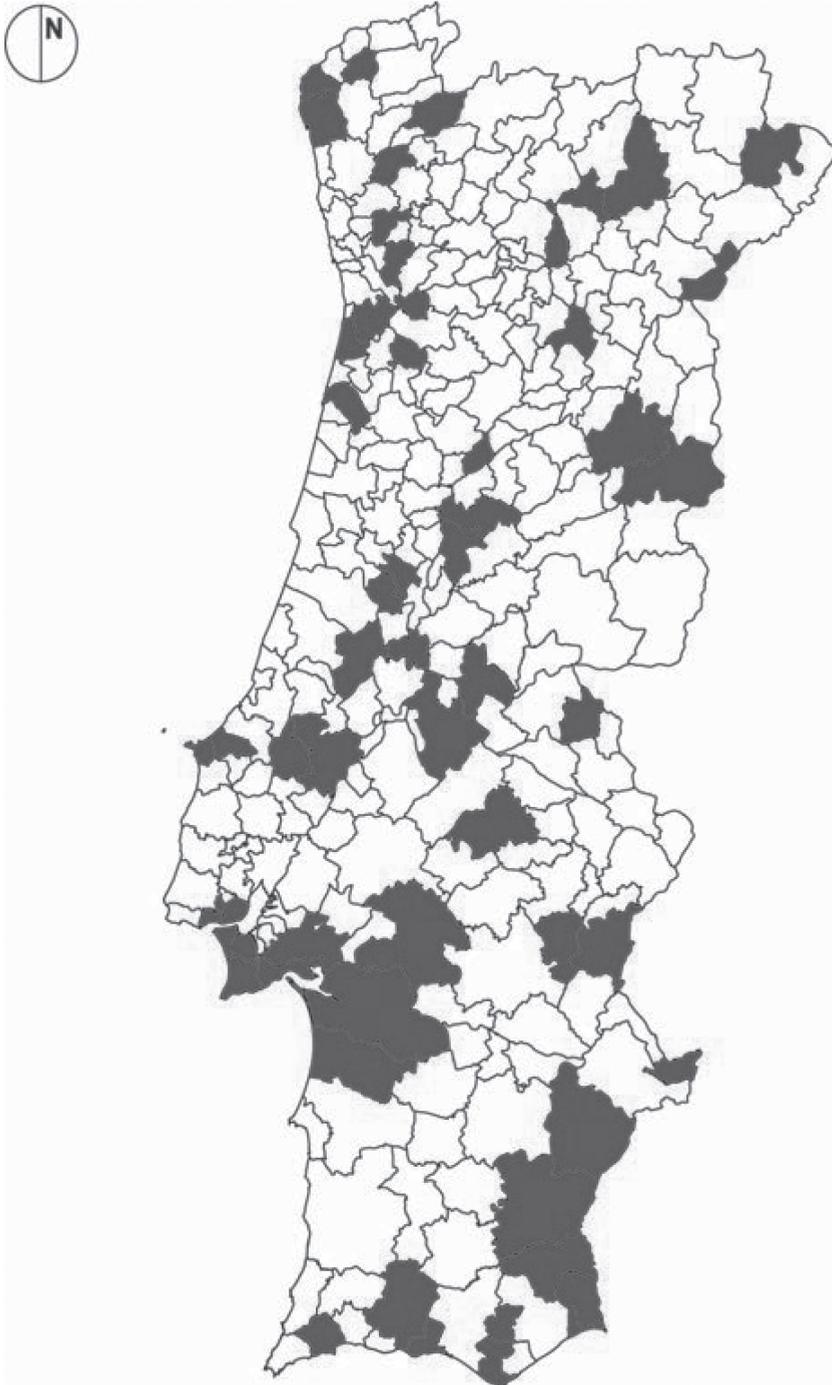


Fig. 3- Municípios com promoção de actividade arqueológica em 2006. Fonte: ALMEIDA 2007

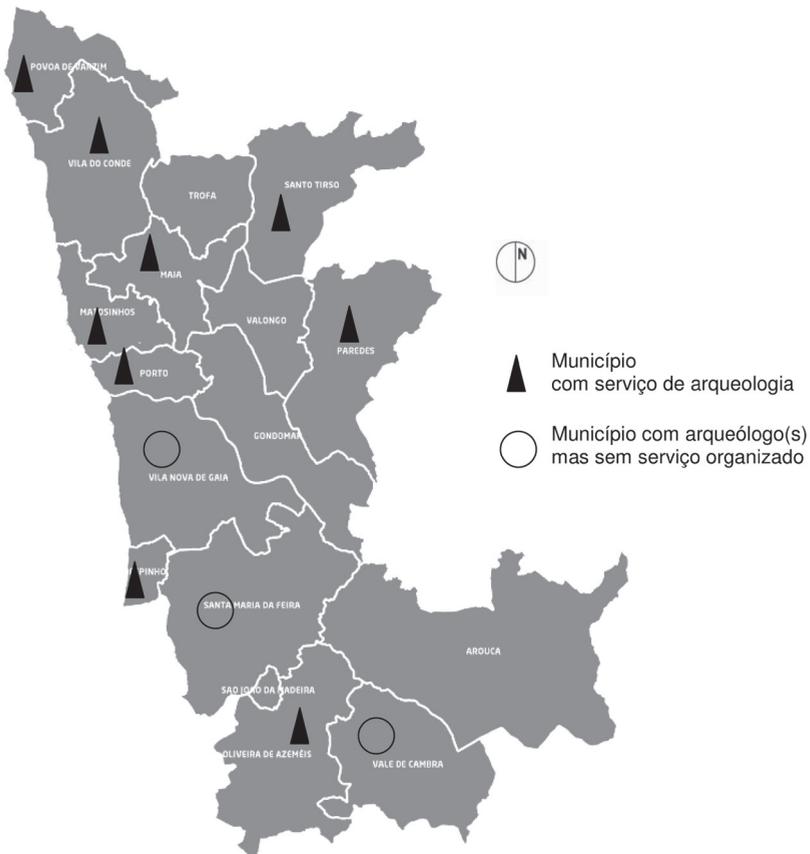


Fig. 4- A arqueologia na Área Metropolitana do Porto. Base cartográfica: <http://www.amtp.pt/>